

A EXPERIÊNCIA DA LUTA REVOLUCIONÁRIA NO CHILE

Edmilson Marques*

As armas que a burguesia utilizou para abater o feudalismo voltam-se hoje contra a própria burguesia. A burguesia, porém, não forjou somente as armas que lhe trarão a morte; produziu também os homens que manejarão essas armas – os operários modernos, os proletários.

Karl Marx.

Introdução

O surgimento do capitalismo gerou simultaneamente uma classe revolucionária capaz de abolir a sociedade de classes e instituir a autogestão social. Esta classe revolucionária manifestou-se concretamente na classe operária. A classe operária foi a única que conseguiu até o presente momento demonstrar na prática um projeto de sociedade sem classes sociais. Apesar do modo de produção capitalista ser marcado historicamente pelo avanço e recuo desta classe, a dúvida sobre a possibilidade de sua abolição ainda continua dominando as cabeças de grande parte da população mundial, consequência da predominância da consciência burguesa. Neste contexto, é preciso avançar e superá-la.

Nesse sentido, a análise da história do capitalismo se torna fundamental. Ao observar suas especificidades, percebe-se que em todas as épocas que percorreu até o presente momento tem sido assombrado, ora ou outra, pelo levante brutal e revolucionário da classe operária. É justamente nas experiências que esta classe ascendeu como revolucionária que ofereceu à humanidade o exemplo de luta e o projeto que poderá no futuro instituir uma sociedade destituída de classes sociais.

Portanto, é com o objetivo de trazer à tona uma das experiências da luta revolucionária do proletariado que este texto propõe abordar especificamente a luta revolucionária da classe operária no Chile no início da década de 1970. Não é uma tarefa fácil considerando os diversos escritos existentes atualmente sobre esta experiência que oculta e deforma o seu aspecto revolucionário. Isso é realizado quando delegam o avanço

* Professor da Universidade Estadual de Goiás, doutor em história.

da luta operária naquele país à ação de partidos e do estado. Mas é preciso evidenciar como ocorreu o processo que eclodiu a luta revolucionária da classe operária no Chile na década de 1970, e ainda, o papel do partido e do estado naquele contexto. É esta a proposta que será apresentada aqui neste texto.

A ideologia da representação e a luta revolucionária da classe operária

Antes de tratar especificamente da experiência da luta revolucionária da classe operária no Chile na década de 1970, é preciso algumas considerações a respeito da ideologia da representação e o que representa para o movimento operário. Isso é indispensável para a compreensão dos interesses que estão por trás das diversas interpretações que identificam o movimento operário no Chile como consequência da atuação da burocracia estatal e partidária.

O século XIX representa um período essencial para a luta operária. Foi no decorrer daquele século que o proletariado conseguiu iniciar o processo de organização da própria classe para lutar contra seus exploradores, a burguesia. A organização operária trouxe para si mesma uma clareza em sua luta e representou ao mesmo tempo um avanço em sua consciência. Ao organizar-se, a classe operária percebeu que cabe a ela própria a supressão das relações de exploração. A cada passo dado rumo à auto-organização vai conseguindo entender com mais clareza de que não deve delegar a outros esta tarefa, senão, tomar em suas próprias mãos o destino de sua luta e combater as classes que a mantêm como classe explorada.

Uma das primeiras formas de organização criada pela classe operária e que perdura em sua forma deformada até a atualidade se manifestou nos sindicatos. Segundo Anton Pannekoek (2011, p. 67),

Os operários constituíram os sindicatos na época em que o capitalismo começava sua expansão. O operário isolado se via então reduzido à impotência; por isso devia unir-se aos seus camaradas a fim de lutar e poder discutir com o capitalista a duração de sua jornada e o preço de sua força de trabalho.

Durante o século XIX, a classe operária dá um passo significativo em sua luta. Criam várias organizações que passam a representar um avanço na resistência contra o capital. “Os sindicatos, as ligas políticas, entre outras formas de organização, foram as primeiras

instituições de resistência proletária e que contavam com diversas pessoas oriundas de outras classes sociais” (VIANA, 2003, p. 43-44).

Concomitantemente ao avanço da consciência do proletariado, vão surgindo várias organizações burocráticas, a exemplo da social-democracia, que aglutina um conjunto de militantes políticos que declaravam o objetivo de contribuir com a luta da classe operária. “A social-democracia abandona a ideia de revolução e de substituição da sociedade capitalista por uma sociedade autogerida, pois a sua proposta seria a de reformar o capitalismo e, através disto, produzir o bem estar social” (VIANA, 2003, p. 44).

A questão, no entanto, é que ainda no século XIX várias organizações começam a virar-se contra os operários. Integrantes de sindicatos e partidos que diziam representa-la convertem-se em seus controladores e tomam para si a responsabilidade de negociação com a burguesia sobre o valor da força de trabalho e também sobre as condições de trabalho. Ou seja, o objetivo central da classe operária de abolir as relações de exploração, a sociedade de classes, é suprimido e em seu lugar é colocada ideia de reforma, o objetivo de atuar em busca de melhorias nas condições de trabalho e por melhores salários, deixando intactas as bases da luta de classes, as relações de exploração.

A burocracia partidária amplia os mecanismos de controle e desenvolve uma forma de organização pautada em relações de dominação que suprime definitivamente os princípios da auto-organização social. Paulatinamente vão criando um conjunto de regulamentações para mantê-los como organização oficial no processo de gestão da sociedade. É neste processo que emerge a ideologia da representação. Segundo Viana (2015, p. 79) “a ideologia da representação nasce junto com a democracia burguesa. Ela não é uma democracia direta na qual pessoas ou grupos se representam, mas uma democracia representativa na qual existem os representantes e os representados”.

A ideologia da representação é criada para atender aos interesses da classe burguesa e simultaneamente dos próprios integrantes dos partidos. Como observou Rosenberg (1986, p. 173), os integrantes de partidos convidam a população empobrecida “a votar neles prometendo-lhes todas as conquistas possíveis, que serão conseguidas no parlamento. Contudo, os líderes partidários, na realidade, somente utilizam o parlamento para seu benefício pessoal”.

É nesse sentido que a ideologia da representação tornou-se um parâmetro regulador para combater qualquer outra forma de organização que não pautasse pelos princípios da democracia burguesa. Desenvolve-se a partir daí uma concepção que se opõe aos princípios da auto-organização social, ou seja, a de delegar a outro o poder da representação social, processo efetivado com o sufrágio universal. A ideologia da representação oculta os princípios da autogestão social e em seu lugar emerge a necessidade das organizações serem pautadas por uma relação entre dirigentes e dirigidos.

Com a ampliação dos sindicatos e dos partidos políticos cresce ao mesmo tempo os adeptos à ideologia da representação. Esta concepção torna-se predominante e provoca a marginalização dos interesses da classe proletária. Generaliza-se a ideia de que qualquer forma de organização necessita de um dirigente e cabe aos representantes de partidos políticos o papel fundamental de atuar na organização social.

Esta concepção exerce uma influência no interior da luta operária e leva muitos de seus integrantes a converterem-se em adversários da emancipação humana. Isso ocorre quando militantes revolucionários começam a tomar para si o papel de guiar a classe operária e tornar-se o principal agente da transformação social, e buscam fazer isso através de sindicatos e partidos. Convertem-se, assim, de revolucionários em burocratas.

Esse processo começou a tomar uma proporção sistematizada no início do século XX, com o avanço de organizações partidárias e sindicais. A partir daí o que se viu foi um conjunto de interpretações que consideram organizações burocráticas como se fossem equivalentes a organizações genuinamente proletárias, consequentemente, revolucionárias. Essa inversão tomou proporções sem precedentes e passou a representar um limite para a luta revolucionária.

O partido bolchevique russo, por exemplo, teve um papel proeminente nesta inversão e deformação dos interesses da classe operária. Entre 1905 e 1917 inicia um processo de organização partidária com objetivo de tomar o poder do estado declarando estar representando os interesses do proletariado. Para atingir o seu objetivo se aproxima da classe operária e manifesta como objetivo central, guia-la até atingir o comunismo.

Em 1917 o partido bolchevique consegue tomar o poder do estado em suas mãos e o que era de se esperar, ao invés de contribuir com a luta da classe operária, o partido bolchevique demonstra ser defensor do próprio modo de produção capitalista, convertendo-se em uma nova expressão da classe dominante. Como observou Tragtenberg (1988, p. 115)

Esse partido tende a frear o curso dos acontecimentos, pois está estruturado hierarquicamente, refletindo assim a própria sociedade a que pretende se opor. Apesar de suas pretensões teóricas revolucionárias, é um órgão burguês, na medida em que é um Estado em miniatura, cuja finalidade é tomar o poder, não destruí-lo.

E foi assim que ao assumir o poder do estado na Rússia o partido bolchevique instituiu uma ditadura sobre o proletariado (MARQUES, 2014).

Contudo, independente de sindicatos e da tomada do estado pelo partido bolchevique a classe operária avançava através de novas formas de organização, a exemplo dos conselhos operários. Os conselhos operários foi outro meio criado pela classe operária para demonstrar que “uma sociedade nova só pode funcionar numa base de participação direta dos trabalhadores em todas as decisões; a concepção que tem de socialismo é irrealizável numa base inversa, a da separação entre operários e organizadores” (MATTICK, 1977, p. 87).

Ocorre, no entanto, que novamente vemos repetir na Rússia um processo semelhante ao ocorrido anteriormente em Paris de 1871, em que a forma organizacional genuinamente operária é suprimida pela burocracia estatal. Aqui, no entanto, ocorre um fenômeno novo, o de organizações que se diziam defensoras da classe operária serem utilizadas para abolir as novas organizações criadas pela classe operária, ou seja, partidos e sindicatos foram os mecanismos utilizados pelo partido bolchevique para controlar e abolir os conselhos operários que emergiram em várias regiões da Rússia (TRAGTENBERG, 1988).

Portanto, apesar do avanço do marxismo que buscou separar a ideologia da representação dos princípios organizacionais da classe operária, ainda assim aquela primeira prevaleceu e continua até a atualidade como uma barreira a ser superada. Como já dizia Marx no século XIX:

Os operários sabem que para conseguir sua própria emancipação, e com ela essa forma superior de vida para a qual tende irresistivelmente a sociedade atual, por

seu próprio desenvolvimento econômico, terão que enfrentar longas lutas, toda uma série de processos histórico que transformarão as circunstâncias e os homens. Eles não têm que realizar nenhum ideal, mas simplesmente libertar os elementos da nova sociedade, que a velha sociedade burguesa agonizante traz em seu seio (MARX, 1986, p. 77).

A ideologia da representação coloca como princípio a necessidade de uma organização pautada entre dirigentes e dirigidos. Os militantes que declaram lutar pela classe operária mas que tomam esta ideologia para si, tendem a um único caminho, o de lutar pelo poder do estado e se colocar como dirigentes, em oposição à emancipação humana.

Militantes que defendem esta concepção não fizeram outra coisa em toda a história do movimento operário, senão, buscar controlá-lo em favor da burguesia. Não houve uma única experiência em que ao assumir o poder do estado tenham contribuído para a luta revolucionária. E isso ocorreu por um motivo óbvio, o estado é pautado por relações de dominação e todo aquele assume o seu controle deve atuar a partir destes princípios mantendo-as intactas. A razão de ser do estado é a sociedade de classes e enquanto esta existir aquele deve se colocar em sua defesa.

A luta revolucionária no Chile e a intelectualidade

É a partir desta concepção que podemos então tratar da influência da ideologia da representação nas diversas interpretações sobre o movimento operário no Chile na década de 1970. No início daquela década, semelhante ao que ocorreu na Rússia no início do século XX, um conjunto de organizações burocráticas surgem no Chile, as quais se declaravam revolucionárias e defensoras dos interesses das classes oprimidas e exploradas. Este é o exemplo da Unidade Popular do Chile, o Partido Democrata-Cristão, o Partido Obrero Socialista, Federación Obrera de Chile (FOCH) etc.

Naquele contexto, destaca-se as manobras e atuações de diversas organizações burocráticas, algumas que se diziam organizações proletárias e outras representantes dos interesses gerais. Com isso, a luta revolucionária do proletariado novamente fica submersa aos interesses da burguesia e das ações da burocracia estatal e partidária. Nesse sentido, os intelectuais prestam também um importante serviço à burguesia, pois, continuam enfatizando e colocando em destaque a atuação de partidos, sindicatos e outras

organizações burocráticas e ocultam as experiências da luta revolucionária do proletariado.

Só para citar um exemplo, vejamos a tonalidade que Peter Winn se refere ao Partido Comunista chileno:

Em 1930, muitas das feições características do Partido Comunista chileno foram estabelecidas. Seria um partido proletário, com uma base operária forte, liderada por trabalhadores intelectuais orgânicos, como Recabarren, e sustentada por uma memória histórica que remontava às lutas titânicas dos mineiros de nitrato do norte do país (WINN, 2010, p. 45).

Está claro aí como os intelectuais tem um papel fundamental em distorcer o princípio da auto-organização proletária, convertendo-a em uma organização burocrática no campo das ideias. Ao dizer que o partido comunista era um partido proletário, Winn inverte o que ele era na realidade, ou seja, uma organização burocrática que independente do nome que receba (proletário, socialista ou comunista etc.) mantém os mesmos princípios de ser uma organização estabelecida por relações entre dirigentes e dirigidos e estão a serviço do capital. Ou seja, não compactuam com a concepção do proletariado. A respeito do Partido Comunista e do Partido Socialista, só para citar dois exemplos, segundo Labrousse (1978, p. 241) “estão igualmente enraizados no interior da pequena burguesia: o Partido Socialista mais que o Partido Comunista”.

Aquela interpretação de Winn pode ser encontrada em uma bibliografia extensa que trata da revolução chilena na década de 1970. Nesse sentido, a verdadeira experiência revolucionária não é evidenciada e em seu lugar aparece a atuação de sindicatos e partidos políticos e de um partido em especial que assume o poder do estado, tendo como figura proeminente o burocrata estatal Salvador Allende.

É preciso, portanto, inverter o que é dito pela intelectualidade a respeito do governo chileno naquele período, a ideia de que era um governo que atuava em favor da classe proletária. Allende é para o Chile o que Lenin foi para a Rússia em 1917, ou seja, um burocrata estatal que se colocava acima da classe operária e tomava para si a tarefa de controlá-la. Allende, assim como Lênin defendia a necessidade do socialismo como meio de resolução dos problemas sociais que assolavam a maior parte da população chilena. Ele próprio disse: “meus estudos me ensinaram que o socialismo era a única solução para esses problemas” (Apud WINN, 2010, p. 48).

Em um contexto em que a ideologia da representação se tornou o principal elemento característico dos limites da consciência burguesa, grande parte dos intelectuais que interpretam a atuação de Allende como revolucionária, demonstram apenas que a sua própria consciência compactua com a consciência burguesa. Não conseguem ver para além dos partidos e do estado e delegam a determinados indivíduos a tarefa da revolução social.

A atuação de Allende se dava por intermédio de determinado partido político que, assim como qualquer outro partido, objetivava o poder do estado. Ele foi, inclusive, um dos fundadores do Partido Socialista, através do qual se elegeu como deputado em 1937. Além de deputado atuou como ministro da saúde, da habitação e da segurança no ano seguinte (WINN, 2010).

Allende não previa a abolição do aparato estatal assim como não vislumbrava a transformação social realizada pelos próprios operários. Em sua concepção a transformação social no Chile era tarefa de seu partido e deveria ser realizada de acordo com os princípios estabelecidos pelo aparato institucional burguês. Em um discurso que proferiu em 21 de maio de 1971 revela a sua posição. Vejamos:

...o nosso Programa de Governo se comprometeu a realizar a sua obra revolucionária, respeitando o estado de direito. Não é um simples compromisso formal, mas o reconhecimento explícito de que o princípio de legalidade e a ordem constitucional são consubstanciais a um regime socialista, apesar das dificuldades que encerram para o período de transição. O papel social ordenador e revolucionário que corresponde ao Regime de Direito está integrado no nosso sistema institucional (Allende, apud PAIVA, 1984, p. 43).

Como está claro em seu discurso, enquanto representante do estado se coloca contrário ao projeto revolucionário da classe operária, que mantém como princípio a abolição do estado como sua primeira tarefa a ser realizada no processo revolucionário.

No entanto, um dos principais méritos de Allende foi abrir as portas do estado chileno para os oportunistas militantes de partidos, e fez isso através de uma organização burocrática denominada de Frente Popular. A Frente Popular deu à esquerda uma experiência de governo e trouxe a seus partidos e sindicatos um número enorme de novos membros (WINN, 2010, p. 49).

Com a atuação de Allende através da Frente Popular, consegue aglutinar um grande número de militantes à sua volta. Fortalece, assim, a ideologia da representação com a defesa de que a sua principal fraqueza enquanto integrante de um partido dito de

esquerda, era que o Chile estava “dominado pelos partidos burgueses, como os Radicais, e não pelos “partidos proletários”, como o seu Partido Socialista e o Partido Comunista do Chile” (WINN, p. 50).

E para deixar ainda mais clara a sua distância do movimento revolucionário, Allende defendia que era possível instituir o socialismo de dentro das instituições já existentes no Chile, aqui evidencia o próprio estado e o partido que dirigia. Nesse sentido, Allende não demonstrava ser contrário à concepção de Lênin, o de se tornar o capitalista coletivo ideal no Chile, daí a sua política de estatização dos meios de produção.

Allende fortalece a concepção burguesa através de sua atuação no interior do estado chileno. O discurso que proferia a respeito de seu objetivo de instituir o socialismo naquele país convenceu muitos militantes que se tornaram adeptos de sua política. A intelectualidade, por sua vez, não conseguiu ir além das aparências e ver que naquele contexto brotava ali um movimento revolucionário que apontava para uma realidade distinta daquela almejada por Allende. Vejamos, então, com mais detalhes sobre o movimento revolucionário que se desenvolveu no Chile na década de 1970.

A luta revolucionária do proletariado no Chile na década de 1970

Enquanto os partidos políticos se digladiavam pelo poder do estado e a burguesia nacional e internacional reclamavam por um dirigente que atendesse aos seus interesses de forma competente, em substituição a Allende¹, a classe operária começa a assumir para si a responsabilidade de resolver os seus próprios problemas.

A autonomização da luta operária que avança na década de 1970 inicia-se na década anterior através do conjunto de greves que emergiram naquele período. Só para se ter uma ideia, segundo dados publicados na época, entre 1963 e 1967 explodiram aproximadamente 4.309 greves, que envolveu em torno de 803 mil operários. Somente em 1967 foram 2.177 greves (LABROUSSE, 1978).

¹ Sobre a pressão do capital transnacional para substituir o governo Allende, ver Verdugo (2003).

Deste conjunto de greves, emergiram alguns casos de avanço do movimento operário, que passaram para o estágio da greve de ocupação ativa². Este foi o caso da greve dos 160 operários da empresa SABA, da firma Wagner Stein & CIA, “que montavam no Chile os televisores e os aparelhos de rádio da marca alemã SABA” (LABROUSSE, 1978, p. 209). Esta greve teve início em julho de 1968 e se estendeu até julho do ano seguinte e tinha como principal objetivo pressionar o patronato para conceder aumento salarial à categoria. A burguesia, por sua vez, pressionava os operários para retornarem ao trabalho ameaçando-os de demissão. Não obtendo resposta da burguesia, os operários resolvem ocupar o local de trabalho, momento em que radicalizam sua luta e apontaram para a abolição do capital e instituição da autogestão social.

Esse processo que levou à autonomização do movimento operário entre 1968 e 1969, no entanto, foi massacrado pelo estado a pedido dos próprios proprietários da empresa. “A pedido dos patrões, o Grupo Móvel entrou em ação. Uma centena de homens deram o assalto, depois de terem lançado granadas lacrimogêneas e vomitivas, arrombaram as portas e prenderam os operários” (LABROUSSE, 1978, p. 209). Além de presos, os operários foram acusados de serem os culpados de um incêndio no interior da fábrica, consequência do contato de granadas lacrimogêneas com outras substâncias inflamáveis que encontraram no local e que foram lançadas pela própria guarda contratada.

Este exemplo é revelador sobre uma questão que apareceu em todas as experiências revolucionárias da classe operária, a de que o estado tem conseguido atuar no sentido de evitar a sua proliferação e retomar a ordem capitalista. O mesmo aconteceu nesta fábrica da SABA. O estado invadiu o local, prendeu os operários incriminando-os e devolveu a fábrica aos antigos donos. Analisando experiências anteriores da luta revolucionária, vemos aqui acontecer o mesmo, o estado atuando como o guardião do capital.

Outra questão reveladora que surge nesta ocupação da fábrica de SABA foi a atuação de organizações que se diziam representantes da classe operária. Este é o caso específico da CUT. A Central Única dos Trabalhadores se colocou contra a radicalização da

² A respeito da greve de ocupação ativa, ver Viana (2008).

luta operária. Seus dirigentes reprovaram a atuação dos trabalhadores dizendo que ultrapassaram as barreiras legais ao ocuparem a fábrica. Em decorrência disso, abstiveram de prestar qualquer solidariedade aos operários detidos durante a operação (LABROUSSE, 1978).

Como observou Paiva (1984, p. 31) “a Central Única dos Trabalhadores, apesar de dispor de uma formidável força de mobilização de massas, era, enfim, um organismo burocratizado e limitado pelo controle partidário e governamental”. Neste acontecimento citado anteriormente, a CUT não conseguiu ocultar o seu caráter, a de ser uma organização burocrática a serviço do capital. Mas isso só foi possível devido a radicalização da luta operária, momento em que as máscaras dos oportunistas caíram e foi inevitável que finalmente assumissem declaradamente a posição da classe que representam.

Contudo, independente destas organizações burocráticas, aos trabalhadores cabe a tarefa árdua de criarem formas organizacionais que superem as organizações burocráticas. No processo de radicalização de sua luta terão que enfrentar e combater estas organizações que se colocam ao seu lado e dizem representá-los. Assim como a CUT, outras organizações burocráticas buscam tomar as rédeas do movimento em suas mãos e controlá-lo. O seu objetivo não é superar a relação dirigentes e dirigidos, pelo contrário, é perpetuá-la, ampliá-la e mantê-la como questão determinante no interior do movimento operário.

O rompimento da classe operária com as organizações burocráticas não tardou em ocorrer no Chile. Em 1971, inicia o processo de autonomização de sua luta, passando rapidamente para a fase das greves de ocupação ativa.

Segundo as estatísticas da Direção Geral dos Carabineiros, durante o ano de 1971 ocorreram, em todo o país, 560 ocupações de terrenos urbanos e 378 ocupações de fábricas, e, nos cinco primeiros meses de 1972, até 31 de maio, foram ocupados 148 terrenos urbanos e 299 fábricas (PAIVA, 1984, p. 48).

As ocupações provocaram a instituição de um processo revolucionário no Chile. Como meios de gerir sua própria luta, criam neste contexto os *Comandos Comunais* ou *Cordões*.

Inicialmente chamados *Conselhos Comunais* ou *Comitês Coordenadores*, adquiriram a seguir o nome de *Comandos Comunais* mais tarde foram identificados como *Cordões*. Este nome estava vinculado às suas origens, os *Cordões Industriais*, que constituíram a coluna vertebral dos mais importantes *Cordões* (PAIVA, 1984, p. 31-32 *Grifos do autor*).

O início do processo de auto-organização da classe operária no Chile ocorre nas fábricas, lugar onde se produz os meios essenciais para a manutenção da vida. Daí surgem os Cordões Industriais, uma nova forma assumida pela luta operária contra a burguesia. Em Paris, em 1871, a forma de organização revolucionária da classe operária foi batizada de Comuna, na Rússia, por Sovietes e Conselhos Operários, na França, no final da década de 1960, de Autogestão Social, e no Chile a auto-organização operária é denominada de Condões Industriais.

Os Cordões Industriais era uma nova forma de auto-organização e localizava-se dentro das fábricas. O primeiro e mais importante Cordão Industrial nasceu no Chile na Comuna de Maipú, a partir da articulação das lutas de trabalhadores e moradores em torno de reivindicações concretas. A comuna de Maipú reunia a maior concentração industrial do país, com cerca de 250 fábricas (PAIVA, 1984, p. 51). Com esta organização os operários suprimiram os patrões, a burocracia, concomitantemente a relação dirigente e dirigido. Em seu interior não havia um dirigente determinando o que fazer. As decisões e discussões sobre o que fazer eram tomadas em reuniões e assembleias estabelecidas pelos próprios operários. Para gerir as diversas questões relacionadas ao local de produção, os operários criaram comissões setoriais.

Essas comissões tinham funções específicas. Havia as comissões voltadas para a defesa e proteção do local, outras que atuavam na manutenção do transporte, outras na propaganda³ de sua própria forma organizacional etc. Como meio de unir as diversas comissões, os operários criam uma comissão única integrada por representantes de cada comissão específica. Esta comissão única era formada em assembleia e integrada por operários que eram revogáveis a qualquer momento. Esta estrutura formou-se em um conjunto de fábricas que estavam sob o controle dos trabalhadores, estendendo-se a outras fábricas ainda não ocupadas (PAIVA, 1984, p. 32).

A articulação e união entre as várias fábricas de uma mesma região, divididas e separadas anteriormente pela burguesia, foi o próximo passo a ser estabelecido pela classe

³ Uma rádio local também foi ocupada pelos trabalhadores e convertida em um meio de comunicação entre os próprios trabalhadores gerida e mantida pelo coletivo dos operários.

operária chilena. Desta união é que surgem os Cordões Industriais. Além das fábricas os Cordões aglutinavam outras organizações que foram sendo criadas em outros setores.

Estas novas formas de organização geradas pelos operários no Chile vão se desenvolvendo autonomamente, independentemente de partidos, sindicatos ou qualquer forma de organização burocrática. Eram os próprios produtores que estavam assumindo a direção de sua luta e para tal começavam a se organizar e concomitantemente organizar a própria vida da coletividade chilena. É importante ressaltar que os Cordões Industriais não foram obras de dirigentes sindicais e de partidos políticos. Mas obviamente que atraíram a sua atenção, por verem nestas novas formas de organização um meio de ascensão. No entanto, buscavam a todo momento tomar a frente da luta operária e querer controlá-la. Um exemplo, entre outros, de tentativas de controlarem as iniciativas do proletariado foi demonstrada pelo Partido Comunista chileno.

O Partido Comunista representou um outro papel. Na emergência da “resistência civil” e do *lock-out* patronal, em outubro de 1972, os comunistas, que até aquele momento haviam se oposto à organização dos Cordões, jogaram neles toda a força. Tratava-se, para o PC, de usar todos os meios possíveis para cumprir as tarefas que a situação requeria e salvar o governo (PAIVA, 1984, p. 32).

O Partido Comunista se opôs inicialmente aos Cordões porque ambos representavam interesses distintos. O Partido Comunista é uma organização burocrática e enquanto tal atuava para manter a ordem estabelecida pelo capitalismo, por isso tinha como objetivo salvar o governo. Não era e nunca foi o seu objetivo fortalecer a luta da classe operária, mas pelo contrário, o seu objetivo era controlá-la em prol do capital e de si mesmo. Por isso se opôs inicialmente aos Cordões, já que estes apontavam para uma nova forma de organização destituída de relações burocráticas, pois eram os operários que determinavam o caminho a seguir.

Como tentativa de salvar o governo é que o Partido Comunista assume posteriormente uma posição de concordância com os Cordões, foi a saída que os burocratas encontraram para salvar a ordem ali estabelecida. “Porém, passado o vendaval de outubro, o PC retomou a sua campanha contra o que considerava um “paralelismo” em relação à CUT, identificando a organização dos Cordões como uma “divisão da classe operária”” (PAIVA, 1984, p. 33).

Mais uma vez o Partido Comunista presta um desserviço para o movimento operário e busca atuar em seu interior com o objetivo de institucionalizá-lo e tomar o controle da luta para si. É típico dos dirigentes se colocarem em oposição à autonomia operária. Fazem de tudo para tomarem a direção e não deixarem que as coisas fujam de seu controle. E foi isso que o Partido Comunista no Chile fez várias tentativas de desmobilizar a classe operária e impedir a radicalização de sua luta, que representava um perigo para o próprio partido, já que os Cordões apontavam para uma organização destituída destes dirigentes.

Contudo, apesar dos partidos e sindicatos que se colocavam à sua frente, a classe operária chilena avançou em seu projeto de instituir novas relações sociais pautadas essencialmente nos princípios da autogestão social. Os Cordões foram a forma que encontraram para unir os vários setores de uma determinada região com o objetivo único de atender aos interesses de todos. Este órgão teve como papel principal o de servir de mecanismo para produzir e distribuir os meios essenciais e indispensáveis para vida da coletividade chilena. Fábricas e propriedades rurais foram convertidas de propriedade privada em bens coletivos de acesso a todos.

Importa registrar que, se os primeiros embriões dos Cordões começaram a germinar em junho de 1972, eles só floresceriam efetivamente cerca de quatro meses mais tarde, durante a “resistência civil” e o *lock-out* (PAIVA, 1984, p. 33). Em poucos dias formaram-se cordões em várias regiões do Chile, o que demonstra que a transformação social e a emancipação humana pode ser um processo rápido, considerando esta experiência revolucionária levada a cabo pela classe operária. Foram formados:

Aproximadamente cem cordões, nas Províncias de Santiago, Concepción, Valparaíso, Nuble, Cautín e Linares. Só em Santiago eles eram mais de vinte, sendo os mais importantes, pela grande concentração industrial no setor, o *Cordão Cerrillos* e o *Cordão Vicuña Mackenna* (PAIVA, 1984, p. 33)

Como dito anteriormente, os Cordões não se limitaram às fábricas. Os operários perceberam que as fábricas são fundamentais na produção dos meios essenciais para a vida, mas que a transformação social é fundamental para atender às necessidades de todos. Para os operários chilenos estava claro que não bastava apenas atuar na produção dos meios indispensáveis para a vida, era preciso criar uma nova organização social que tornasse o acesso a esta produção possível. Por isso os cordões foram estendidos aos

locais de moradia colocando como foco a questão da alimentação, da habitação e do transporte.

Para garantir a alimentação dos indivíduos que residiam em setores distintos, os operários criaram o que chamaram de *armazém do povo*, através do qual faziam a distribuição de *cesta populares*, que “consistia em alguns bens de primeira necessidade, distribuídos às famílias de acordo com o seu número de membros” (PAIVA, 1984, p. 34). Para garantir a distribuição destas cestas foi criada uma comissão específica, denominada de *Comandos Comunais de Abastecimento*. “Quando já existiam em Santiago doze comandos, iniciou-se a articulação destes num *Comando Provincial de Abastecimento Direto*” (PAIVA, 1984, p. 35).

O problema maior em relação aos Comandos Comunais de Abastecimento foi que os operários acabaram submetendo-os às determinações do estado e ao invés de avançar para a distribuição direta e suprimir o dinheiro converteram os Comandos Comunais de Abastecimento em *Juntas de Abastecimento e Preços (JAP)*. Esta conversão significou a abolição da autogestão operária e sua substituição por uma organização burguesa, cujo principal responsável por sua idealização e implantação foi o Partido Comunista.

Com as JAP o Partido Comunista mantém intacto os meios burgueses de distribuição dos meios essenciais para a vida e o modo de produção capitalista. Ou seja, ao invés da produção ser coletivizada e pautada pela autogestão social, mantém-se o princípio da produção estabelecida sobre relações de dominação e exploração. Sob o controle do Partido Comunista a produção era levada para um comércio onde eram trocadas por dinheiro. As JAP foram, portanto, aceitas e legalizadas pelo estado, e representou um mecanismo em oposição às organizações operárias. “Em abril de 1972 o governo legalizou as JAP, regulamentando-as e subordinando-as à *Direção da Indústria e do Comércio (DIRINCO)*, um organismo estatal” (PAIVA, 1984, p. 35).

A experiência da luta revolucionária do proletariado perdurou até o final de 1973. E mais uma vez o capitalismo, com o auxílio do estado, se colocou à frente da classe operária e conseguiu derrotá-la, ou pelo menos, atrasar a realização de seu projeto de sociedade, a autogestão social. Foi um fim trágico, como o foi em outras experiências anteriores. Financiado pelo capital norte-americano as forças armadas do Chile realizam um golpe de

estado e empreendem uma caçada aos operários das fábricas e de terras rurais ocupadas (TIMERMAN, 1987).

O papel dos partidos e do estado no Chile na década de 1970

A experiência da luta revolucionária da classe operária no Chile possibilitou também que se evidenciasse com clareza o papel dos partidos, dos sindicatos e do estado, principalmente no contexto de radicalização da luta. A intensa participação de representantes de partidos e sindicatos no interior do movimento operário criou uma dificuldade de compreensão da relação que manteve com os trabalhadores. Em decorrência disso que está a necessidade de se partir do ponto de vista do proletariado, questão que possibilita observar com clareza o que a burocracia representa para a luta revolucionária.

Allende, por exemplo, foi um burocrata estatal que fazia o discurso de instituir o socialismo. Ao assumir o poder de estado no Chile inicia o processo de estatização de fábricas, terras urbanas e rurais etc. Ao seu lado estavam as organizações partidárias e sindicais, promovendo a sua política de divulgação e propaganda de ser um governo revolucionário. Isso fortaleceu a ideia de que o estado chileno nas mãos de Allende era realmente um instrumento que poderia favorecer a transformação social, logo um estado operário. No entanto, é preciso considerar a luta revolucionária naquele contexto, observar a relação que o governo, o estado, os partidos e os sindicatos estabeleceram com a classe operária e demais classes exploradas, e daí esclarecer o papel que desempenharam.

Allende não era um revolucionário como pensam muitos daqueles que interpretaram os acontecimentos que se desenvolveram no Chile nas décadas de 1960 e 1970. Foi um governo que conseguiu chegar ao poder do estado em decorrência da crise que assolava o capitalismo chileno naquele período. Suas medidas deixam claro que era um empecilho e ao mesmo tempo um problema para a classe operária e demais classes exploradas. O seu governo pautou por uma tentativa de recuperar as bases da produção capitalista, cujo objetivo apontava para um capitalismo de estado, a exemplo da sua política de estatização dos meios de produção e de seu controle exclusivo pelo estado.

Em decorrência disso que para Allende a classe operária e o campesinato, especificamente, deveriam dedicar-se fervorosamente ao trabalho, à produção dos meios essenciais para suprir as necessidades da população chilena e não se meter em questões políticas. A questão política, em sua concepção, era questão a ser resolvida pelo estado e por seu partido. E foi daí que iniciou o conflito entre Allende e os interesses da classe operária e do campesinato. Estes últimos logo perceberam que ao invés de ser um revolucionário, como se pressupunha até então, Allende desempenharia o mesmo que outros governos anteriores, ou seja, de se colocar à frente do movimento revolucionário para impedi-lo de avançar e ainda para desmobilizá-lo. Foi este o debate que Allende travou em um encontro com um grupo de camponeses, os quais questionavam as medidas de Allende frente à apropriação de terras. Allende responde ao questionamento de um camponês, Anselmo Cancino, que manifestou no debate que os camponeses estavam tendo a impressão que o governo duvidava de sua consciência e potencialidade para gerir sua própria luta. Allende, então, responde:

Ocupar terras é violar um direito. E os trabalhadores devem compreender que fazem parte de um processo revolucionário com o mínimo de mortes, com mínimo de fome. Se agíssemos da mesma maneira com as empresas importantes que queremos nacionalizar – há 35 000 empresas -, o que é que se passaria se tivéssemos a intensão de as controlar todas? (Apud LABROUSSE, 1978, p. 364).

O camponês replica a Allende: “a transformação, compañero presidente”. E Allende interpõe: “Não, o caos. Tenho o dever de lhes mostrar que estão enganados” (Ibidem). Esta mesma concepção é o que medeia a relação que estabelece com outros grupos que se aproximavam do movimento revolucionário, a exemplo de estudantes universitário. Vendo a aproximação que estudantes universitários estabeleciam do movimento operário, Allende tenta controlar o seu avanço apontando que o papel dos estudantes na perspectiva revolucionária era estudar e não dedicar-se à política.

Relação semelhante estabeleceu com a classe operária. Contudo, diante desta foi mais incisivo, uma vez que criou vários mecanismos de interferência em sua luta estabelecendo um controle constante do movimento que se radicalizava. Para isso, Allende utilizou principalmente das forças sindicais e contou com o apoio de militantes de partidos que atuavam no controle dos operários das fábricas e de outros setores de produção no Chile.

Os membros que integravam a classe operária eram duramente repreendidos quando avançavam para além da legalidade, para além das normas e regras estabelecidas pelo governo. Estava claro que o papel destes representantes sindicais e partidários era o de estabelecer o controle sobre a classe operária para que exercesse unicamente o papel de dedicar-se ao trabalho. Foi esta a declaração de Allende em uma reunião com um grupo de burocratas. Segundo um dos burocratas, Olgúin,

O Presidente tinha afirmado que o seu desejo era que não houvesse sectarismo nem politicização. Acrescentara que não era partidário de que nos locais de trabalho se fizesse política, mas, pelo contrário, durante essas horas era partidário de que os operários se consagrassem unicamente ao trabalho (Apud LABROUSSE, 1978, p. 365).

Em síntese, na concepção Allende “o espírito de todas estas declarações pode resumir-se assim: os estudantes devem estudar, os camponeses, produzir, os operários, trabalhar, e deixar a política ao Governo, visto que são eles próprios o governo” (LABROUSSE, 1978, p. 365). A questão, portanto, é que o governo, seja ele de qual partido for, ao assumir o poder do estado deve realizar aquilo que o capital espera de si, ou seja, administrar bem a sociedade para que os seus negócios proliferem. Allende não seguiu um caminho distinto e a partir de um discurso que se dizia de esquerda buscou instituir um capitalismo de estado, que acabou se esbarrando nos interesses do capitalismo transnacional e do capitalismo privado do Chile.

Só para se ter uma ideia do que o estado é capaz de fazer para restituir o modo de produção capitalista, basta observar a forma como abordou a classe operária revolucionária e outras classes exploradas. “Alguns exemplos ilustram bem a situação que se viveu. Na fábrica de massas “Luchetti”, situada no Cordão Industrial Vicuña Mackenna, depois de uma prolongada resistência, os trabalhadores saíram com bandeiras brancas e foram todos fuzilados” (PAIVA, 1984, p. 73). Os camponeses mapuche de Nicolás Ailfo e comunidades vizinhas sofreram

Um assalto ostensivo, combinado e de surpresa da Aeronáutica e do Exército, por helicóptero e caminhões, ao Centro de Produção Jorge Fernandez, em busca de armas. Quebraram portas, dominaram, espancaram e torturaram ativistas, pendurando alguns pelos testículos e submergindo a cabeça de outros em água contaminada (WINN, 169-170).

Segundo Timerman (1987, p. 113), “a fúria genocida dos militares não tem precedentes na história chilena, e não foi explicada em nenhum dos estudos das forças armadas realizados na última década”. Obviamente que esta posição do estado diante da

classe operária não é uma novidade, basta observar o que fez em outras experiências em épocas anteriores, a exemplo da Comuna de Paris de 1871. O estado capitalista é um guardião do capitalismo e deve agir como tal, independentemente se para isso for preciso executar pessoas.

Considerações finais

A experiência da luta revolucionária levada a cabo pelo proletariado chileno foi mais um capítulo de sua história com o modo de produção capitalista. A essência de sua luta permaneceu a mesma, a de ser revolucionária e a única capaz de abolir o modo de produção capitalista e instituir a autogestão social.

Como foi possível perceber, a motivação para a luta revolucionária da classe operária no Chile na década de 1970 já estava dado desde o surgimento do capitalismo, cujo modo de produção é estabelecido sob relações de exploração. A partir da década de 1960 a classe operária começa a se manifestar mais claramente com as greves, que em vários lugares passou para a fase da greve de ocupação ativa, momento em que esboça e inicia o processo de transformação social. A partir daí as ocupações foram se alastrando por diversas regiões do país.

Desde o início, a classe operária estava sendo acompanhada pelos burocratas partidários, sindicais e ainda pelo burocrata estatal Salvador Allende. Estes se colocaram como uma barreira para a transformação social e desempenharam o papel de defensores do modo de produção capitalista. Demonstraram claramente que independente do nome que batize uma determinada organização burocrática, mesmo que receba a insígnia de comunista, socialista, operário etc., na realidade não é mais do que a inversão do nome. Diante da classe operária são defensores do capital, de seus próprios interesses e da sociedade de classes, e enquanto tal deve ser combatido.

Em síntese, no início da década de 1970, o Chile foi palco de mais uma experiência revolucionária concretizada pelo proletariado. Esta experiência demonstrou que outras classes podem se juntar a sua luta e fortalecê-la, enquanto outras se colocarão contrárias ao seu projeto. Ali demonstrou aquilo que Marx já havia apontado teoricamente, ou seja, que “a burguesia, porém, não forjou somente as armas que lhe trarão a morte; a burguesia

produziu também os homens que manejarão essas armas – os operários modernos, os proletários”.

Referências

LABROUSSE, Alain. *A Experiência Chilena: reformismo ou revolução?*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

MARQUES, Edmilson. *O Que é Bolchevismo?*. Goiânia: Revista Enfrentamento, ano 9, nº 16, 2014.

MARX, Karl. *A Guerra Civil na França*. São Paulo: Global, 1986.

MATTICK, Paul. *Integração Capitalista e Ruptura Operária*. Porto: A Regra do Jogo, 1977.

PAIVA, Maurício. *Transição ao Socialismo: as lições do Chile*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

TIMERMAN, Jacobo. *Chile: o retrato de uma agonia*. São Paulo: Best Seller, 1987.

TRAGTENBERG, Maurício. *A Revolução Russa*. São Paulo: Atual, 1988.

VERDUGO, Patricia. *Como os EUA Derrubaram Allende. Chile, 1973*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania: a dinâmica da política institucional no capitalismo*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2015.

_____. *Manifesto Autogestionário*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.

_____. *O Que São Partidos Políticos?*. Goiânia: Germinal, 2003.

WINN, Peter. *A Revolução Chilena*. São Paulo: UNESP, 2010.